

NAIDE VENTURA MARTINS

Os novos desafios do ensino de filosofia no Ensino Médio

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Seropédica, RJ

03 de Dezembro de 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Os novos desafios do ensino de filosofia no Ensino Médio

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais como requisito final para aprovação na disciplina Monografia II (AA052) e obtenção do grau de Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Edson Peixoto de Resende Filho

Orientando: Naide Ventura Martins

Seropédica, RJ

03 de Dezembro de 2014.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais como requisito para aprovação na disciplina Monografia II (AA052) e obtenção do grau de Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovada em 03 / 12 / 2014.

BANCA EXAMINADORA

Edson Peixoto de Resende Filho
(Orientador)

Luiz Celso Pinho

Pedro Hussak

CONCEITO FINAL:

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos agradecimentos a fazer espero não esquecer de ninguém que tenha feito parte dessa caminhada árdua, sobretudo, sou grato à minha amada família, aos meus pais Reinaldo e Mercedes, ao meu esposo Paulo, por me apoiarem irrestritamente e me proporcionarem vivenciar a indescritível experiência de frequentar uma Universidade.

Aqui, na UFRuralRJ, serei para sempre agradecida ao meu excelente orientador, prof. Dr. Edson Resende, por todo o seu carinho, dedicação, paciência e simplicidade que tem me orientado nesse trabalho.

Ao longo destes cinco anos de graduação, consegui muitos amigos. Agradeço a todos os que fizeram parte de minha história. Mas, sou mais devedor de alguns deles, a quem nomeio:

À família que conquistei, meus queridos Vinícius filho amado do coração e Davi, por me amarem e apoiarem em todos os momentos difíceis.

A Dinamá, Rosângela e Tereza que muito contribuíram para que conseguisse chegar ao término desse curso, agradeço do fundo do coração por toda compreensão e força para continuar no curso.

Sou agradecido também à banca que examina este trabalho, prof. Dr. Pedro Hussak e prof. Dr. Luiz Celso Pinho, competentíssimos e exemplos de docência.

Por fim, sou grato ao corpo docente do curso de Filosofia da UFRRJ. Espero estar à altura de seu profissionalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
 CAPÍTULO 1: AS EXCLUSÕES E INCLUSÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	04
1.1. Período colonial.....	04
1.2. Período imperial.....	06
1.3. Primeira República.....	05
1.4. Período Ditatorial	06
1.4. Aprovação da lei 11684/2008.....	07
 CAPÍTULO 2: OS PROBLEMAS ATUAIS DO ENSINO DE FILOSOFIA	08
2.1. Números de cursos e professores de filosofia.....	08
2.2. A formação Universitária.....	15
 CAPÍTULO 3: AS DIFICULDADES DA PRÁTICA EM SALA DE AULA	20
3.1. Metodologias que contribuem para ajudar a prática do ensino da filosofia.....	20
3.2. O uso de recursos didáticos para diversificar as aulas.....	23
 CONCLUSÃO	25
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo estimular uma reflexão em relação à importância do ensino de filosofia no ensino médio, sua trajetória na educação brasileira e os problemas atuais que envolvem a disciplina, depois da lei de obrigatoriedade, e diante de tais dificuldades o que tem sido feito para resolver ou amenizar os dois maiores problemas, o da formação, da quantidade de profissionais e quantidade de cursos. Também promover uma investigação acerca de uma possível metodologia do ensino de filosofia de modo a estimular o pensamento filosófico no ensino médio bem como aproximar a Filosofia de sua vivência e a melhor compreensão do mundo, com isso proporcionar a reflexão, o questionamento e o raciocínio mais autônomo e criativo.

Tal investigação mostra-se pertinente devido à obrigatoriedade do ensino de filosofia nos três anos do ensino médio e, conseqüentemente, o surgimento da demanda de profissionais na área, que tipo de formação os professores estão recebendo? Quais metodologias são mais adequadas/eficazes? Daí emerge os problemas enfrentados pela filosofia na atualidade, depois de tantas idas e vindas à educação brasileira, existe realmente um lugar para a filosofia? Diante de mais uma reforma no currículo do ensino médio terá a filosofia sua presença garantida? E mais ainda valorizada como as demais disciplinas?

Esses questionamentos são extremamente importantes haja vista, estar concluindo o curso de licenciatura em Filosofia, e ter a preocupação com mercado de trabalho, o que é crucial, não basta concluir é necessária a permanência da filosofia no currículo, pois se a Filosofia não tiver de forma segura, valorizada e atuante no ensino médio, o mercado de trabalho estará restrito aberto apenas para profissionais com mestrado e doutorado, por isso minha tese é de que os alunos do curso de licenciatura devem refletir em relação aos problemas que afetam o ensino da Filosofia, mesmo com a lei da obrigatoriedade é preciso ficar atento.

No primeiro capítulo I quis abordar a parte histórica do ensino de filosofia no Brasil, é muito importante conhecer as formas como a filosofia aparece e de que maneira ela era ministrada em cada época, no período colonial a filosofia estava presente como presença obrigatória e indispensável, influenciada pela educação portuguesa que tinha como base o modelo dos Jesuítas, a filosofia que se estudava era a que ia ao encontro dos interesses dos jesuítas propagando a ideologia que oferecesse riscos aos dogmas católicos;

A filosofia do período Colonial até o fim do Imperial esteve presente na educação brasileira mesmo que em caráter propedêutico ao ensino superior, a mudança começa com a Proclamação da República sua presença pacífica sofre mudança radical, no período ditatorial, a filosofia de certo não tinha nenhum tipo de simpatia por parte dos militares, não era de interesse uma disciplina que promovesse a reflexão sobre ideias, com isso a filosofia torna-se perigosa na visão dos militares que utilizaram situações para conseguir excluí-la, com a aprovação da lei 11684/2008. A situação da filosofia começa a ser modificada com o projeto de lei complementar em 2001 para a substituição do art. 36 da LDB incluindo a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias.

No capítulo II abordo os principais e atuais problemas enfrentados pela filosofia, após a aprovação da lei, que a inclui como disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio. Com aprovação da lei nos deparamos com o problema da formação de profissionais da área, a quantidade de cursos oferecidos, formação na universidade voltada para pesquisa ou licenciatura que influi nas quantidades de professores que atuarão no ensino médio, o número de profissionais que se formam ainda está muito distante da necessidade das escolas de ensino médio, nesse capítulo tento mostrar empiricamente os quantitativos, de forma alguma pessimista, mas apontando as dificuldades reais que ameaçam a permanência da filosofia, pois a falta de profissionais pode dar muitas margens para a sua consolidação no ensino médio.

No capítulo III pretendo destacar o problema da prática em sala de aula, e os métodos dos profissionais que estão atuando no ensino médio, como o uso de projetos, café filosófico, filmes, uma aproximação da vivência com a filosofia para introduzi-la de forma agradável e interessante para os alunos, para isso a necessidade da formação continuada é muito importante, destaco os projetos um tema desenvolvido em várias aulas e adaptados para o público alvo, como por exemplo, EJA (Educação de Jovens e Adultos), de acordo com a modalidade os conteúdos do currículo podem ser adaptados utilizando métodos para tornar as aulas mais interativas como o uso das tecnologias, filmes novelas, para estimularem o pensamento, encontrarem a filosofia na vida, presente naturalmente, promovendo a interdisciplinaridade, como no exemplo citado do projeto para o EJA, as aulas expositivas mais interessantes, a discussão e outros métodos que contribuem para que o ensino de filosofia torne-se agradável e cada vez mais consolidado na educação brasileira, mostrando sua importância e contribuição para melhorar a qualidade do ensino médio.

Para alcançar tais objetivos pretendo utilizar os textos e livros onde são encontrados a história da presença do ensino de filosofia no Brasil, depois de constatada sua trajetória, apontar os principais problemas que desafiam o ensino da filosofia no Ensino Médio. Interpretarei os dados de pesquisas empíricas fornecidas pelo INEP, e por fim, mostrarei algumas metodologias que podem ajudar a melhorar a qualidade do ensino de filosofia no ensino médio. Apontarei obras que apresentam soluções que considero pertinentes e úteis e que podem contribuir de forma positiva.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Nesse primeiro capítulo quero abordar o aspecto histórico do ensino da filosofia na educação brasileira, para uma melhor compreensão da sua atual situação e uma reflexão acerca de sua importância e de sua permanência com devida qualidade, e com atuação de profissionais graduados em filosofia, para isso é importante conhecer um pouco de sua história dentro da educação é condição necessária para entendermos o porquê da sua desvalorização diante das outras disciplinas, no Brasil a educação diferente dos países considerados desenvolvidos não tem a filosofia como uma disciplina importante, pois estes últimos dão muita importância para filosofia como França, Portugal, e outros, através da história podemos ter uma ideia de como foi construída essa desvalorização.

1.1. Período Colonial

Nesse período a filosofia estava presente como presença obrigatória e indispensável, influenciada pela educação portuguesa que tinha como base o modelo dos Jesuítas, mas uma filosofia mais direcionada para fé muito parecida com a catequese da Igreja Católica, onde prevalecia a filosofia Escolástica e de Aristóteles.

Fundada em 1534, pelo antigo militar espanhol de Loyola, tinha um regime de trabalho organizado segundo moldes militares; foram os jesuítas os responsáveis pela instrução e pela catequese dos povos das colônias, além de lutarem contra os abusos nos mosteiros, procurando fortalecer a Igreja Católica contra os heréticos e infiéis [CARTOLANO, 1985, p. 20].

Os cursos tinham seu funcionamento tanto em colégios como em seminários e tinham quatro graus que eram: curso elementar, de humanidade, artes e teologia, a base dos cursos eram as normas sistematizadas pelo plano de estudo. No período colonial a filosofia que se estudava era a que ia ao encontro dos interesses dos jesuítas propagando a ideologia que não oferecesse riscos aos dogmas católicos, no entanto a filosofia que os jesuítas ministravam não era para qualquer colono, mas somente para os proprietários e senhores de engenho, estavam de fora negros, pobres e índios, a filosofia não era de forma alguma voltada para discussão e reflexão, totalmente de cunho religioso reforçando a ideologia da

Igreja Católica.

Os cursos que permitam um grau mais elevado de cultura, formação e profissionalização, os *studia superiora*, que compreendiam os cursos de filosofia e de teologia, estavam reservados aos filhos dos senhores ricos e proprietários da colônia. Somente eles tinham acesso e direito à educação, de nível superior, dirigida pelos jesuítas, que era juntamente com a posse da terra e de escravos, um sinal de classe (CARTOLANO, 1985, p.20).

Essa realidade sofre mudança com a Reforma Pombalina, Sebastião de Carvalho e Mello então ministro do rei, em 1750, declarou perseguição e expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias, deu início as reformas na educação visando instaurar outra ideologia influenciada pelo iluminismo, a reforma mais importante foi a da Universidade de Coimbra. Com a expulsão dos jesuítas as ideias religiosas são aos poucos substituídas pelas laicas, uma nova educação pública que gerou grandes problemas, pois os padres eram também os professores, sendo assim, provocou um enorme deficiência na educação que foi a falta de professores. A solução para a colônia foi a de colocar pessoas leigas para ministrarem as aulas, pessoas estas que foram educadas pelos jesuítas. Com a reforma a estrutura montada pelos jesuítas foi destruída e não substituída, os investimentos na educação foram enormes em Portugal, mas não na colônia tendo enorme prejuízo na educação.

O novo ensino deveria ocorrer através de aulas régias, ou seja, “aulas avulsas” e isoladas, sem haver a necessidade de colégios para ministrar qualquer curso. Todavia, a despeito do que se pretendia com a Reforma Pombalina, esta terminou sendo mais prejudicial que positiva para o ensino no Brasil Colônia, pois, com a expulsão dos jesuítas e devido a não criação de um organismo político-educacional alternativo ao mantido pela companhia de Jesus, houve um inevitável desmonte de toda estrutura educacional criada para ministrar a instrução na Colônia brasileira sem uma educação escola consistente, ou equivalente estruturalmente, àquela que estava sendo expurgada (ROMANELLI, 1998, p.36).

Mais tarde surge a proposta da reativação do seminário de Olinda, por Azeredo Coutinho, em sua proposta educacional estava presente a formação para exploração das riquezas naturais, era preciso formar “filósofos naturalistas”, deparando-se com a extensão do país conclui que não seria possível, então criou o “cura”, mas para isso precisaria de uma boa formação em “ciências naturais”, em desenho, em “geometria”, então diante disso é organizado o curso de filosofia no Seminário de Olinda tendo duração de dois anos.

A lógica, a metafísica, a ética e parte da Física experimental era ministrada no primeiro ano, enquanto a história natural e a química ocupavam, com exclusividade, o segundo ano. Portanto, os conteúdos de filosofia natural predominavam sobre os de filosofia racional e de filosofia moral. Além de terem um lugar no primeiro ano, através de física experimental, gozavam de domínio pleno no segundo. (ALVES, 1993, p.135).

Mesmo no período colonial a filosofia presente na educação influenciou na formação de lideranças políticas como na Revolução Pernambucana em 1817, sob a influência das ideias europeias, contribuindo para sucumbir às ideologias da igreja e da monarquia, montando o cenário para futuramente ser fundada a República no Brasil. O seminário de Olinda sob a orientação do bispo Azeredo Coutinho (1800-1836) teve influência na formação dos que futuramente proclamariam a Independência, em 1822.

1.2. Período Imperial

Nesse período Portugal estava em uma situação desagradável sendo pressionado pela França e Inglaterra que estavam disputando a hegemonia europeia colonial, então a corte foi transferida para o Brasil, com isso aumentou-se os investimentos no Brasil Colônia “a Imprensa Régia, Academia de Guerra, etc.”

A educação no período Imperial era influenciada pelas ideias europeias em especial pelo positivismo.

Com retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio a se firmar como ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão [...] Os estudos de filosofia (propriamente dita) deslocaram-se para as faculdades de direito, onde foi menor a influência do positivismo (CUNHA, 1980, p. 63).

A filosofia do período Colonial até o fim do Imperial esteve presente na educação brasileira mesmo que em caráter propedêutico ao ensino superior, a mudança começa com a Proclamação da República sua presença pacífica sofre mudança radical.

1.3. Primeira República

Influenciada pelo ideário positivista e com a Proclamação da República a educação

sofreu reformas, que tinham como objetivo formar uma nova “elite” para um novo Estado contra a Monarquia e a Igreja Católica, o poder foi descentralizado e instituído o Federalismo como forma de governo, governantes dos estados (antes províncias) eram eleitos, tendo poderes para fazer empréstimos externos, suas forças policiais tinham total autonomia, a educação era de responsabilidade do Estado fora dos colégios Católicos e o ensino nos colégios estatais seria laica, com isso os positivistas colocam seu ideário no poder, a educação desvinculada da Igreja proporcionava a propagação da ideologia do Estado. Benjamin Constant assume como Ministro da Instrução Pública e tem como objetivo fazer a divulgação do Estado por via dos órgãos de instrução pública estatais.

A filosofia pela primeira vez fica de fora com a redistribuição das disciplinas no modelo positivista de Augusto Comte.

A filosofia, segundo a orientação positivista figurava como matéria doutrinal. Além da intenção de fundamentar na ciência a formação da escola secundária, rompendo assim uma antiga tradição humanista clássica, a reforma de Benjamin Constant pretendia também que todos os níveis de ensino se tornassem formadores e não apenas preparadores às escolas superiores (CARTOLANO, 1985, p. 35).

Os republicanos não viam a filosofia com bons olhos, tinham certa suspeita principalmente porque as aulas de filosofia eram aulas avulsas onde ainda havia a ideologia da Igreja Católica. A filosofia era incluída retirada do currículo, a filosofia nesse período foi preterida sendo valorizado o currículo mais científico e prático, após ser excluída na reforma Benjamin Constant, ela tem sua volta em 1901 com outra Reforma a de Epitácio Pessoa, e depois sai novamente do currículo na Reforma Rivadávia Corrêa, a reforma Carlos Maximiliano trouxe novamente filosofia para o currículo, mas em um curso facultativo, só em 1925 tem sua volta como disciplina obrigatória na Reforma Rocha Vaz assim permaneceu até 1930.

Após 1930, Getúlio Vargas como chefe de governo fez reformas na educação, como a Reforma Gustavo Capanema em 1942, a filosofia tornou-se disciplina obrigatória na 2ª e 3ª séries do curso clássico e na 3ª série do científico, mas com passar dos anos as aulas foram sendo reduzidas. A lei n. 4024 de 1961 foi a que trouxe um grande prejuízo para a filosofia com a descentralização do ensino, assim as escolas podiam escolher entre currículos variados, então filosofia foi sofrendo uma gradativa extinção com a redução cada vez maior da carga horária.

Se nesse período a situação da filosofia na escola secundária nacional caracterizou-se por

uma presença indefinida no currículo, no próximo período (1964-1982), decide-se por sua retirada “total” dos currículos das escolas públicas da União. (ALVES, 2002, p. 34).

1.4. Período Ditatorial

A educação brasileira sempre esteve veiculada ao modelo político e suas ideologias, durante o período da ditadura não foi diferente, o modelo educacional mais uma vez teve que ser reorganizado de acordo com interesses, dessa vez dos militares, uma ideologia marcada pelo ideal de segurança. As reformas na educação tinham inspiração no modelo dos EUA de quem tiveram apoio para implantar as mudanças, tendo como objetivo formação de mão de obra barata para empresas multinacionais instaladas no Brasil, para isso precisavam de um modelo tecnicista de educação, a filosofia de certo não tinha nenhum tipo de simpatia por parte dos militares, não era de interesse uma disciplina que promovesse a reflexão sobre ideias, com isso a filosofia torna-se perigosa na visão dos militares que utilizaram situações para conseguir excluí-la como a de que poderiam ser incluídas disciplinas que segundo eles tinham conteúdo igual como EMC (educação moral e cívica), OSPB (organização social e política brasileira), e EPB (estudos dos problemas brasileiros), na verdade essas disciplinas nada tinham de filosofia, ao invés de reflexão a proposta era a de obediência cega, no entanto eram obrigatórias enquanto a filosofia optativa, com isso tonando cada vez mais distante do currículo, mas sua ausência definitiva foi em 1971 com a lei n. 562 com o 2º grau com habilitação profissional.

Apesar de não ser possível, nesse momento, garantir a presença da filosofia no segundo grau das escolas públicas nacionais, sempre, existiu de alguma forma de pressão para sua inclusão no currículo. (ALVES, 2002, p. 42).

Em 1975 começaram a aparecer movimentações para o retorno da filosofia no currículo, a SEAF, sendo criada para estudo e reflexões, a sede era no Rio de Janeiro, mas tinha a simpatia de professores e estudantes por todo país que participavam e organizavam encontros para discutir questões sobre a filosofia na educação e como incluí-la novamente, após muitas discussões e protestos finalmente foi reintegrada no 2º grau em 1980, mas como disciplina optativa e ainda pior professores de outras áreas poderiam lecionar filosofia.

Além da questão da obrigatoriedade da disciplina, existe também o problema da necessidade de confiar o magistério da filosofia a um profissional da área. (ALVES, 2002,

p. 47).

Com a aceitação da volta da filosofia pelos militares mesmo não sendo de acordo com as reivindicações acabou enfraquecendo os movimentos, com criação da ANPOF que tinha mais preocupação com a pós graduação do que com as questões do retorno da filosofia e que tornou-se a representante oficial da filosofia, foi muito importante para avanços nas pesquisas na área, mas com isso o SEAF nacional ficou mais fraco chegando ao fim, continuando apenas no Rio de Janeiro. A volta da filosofia como disciplina optativa acabou por contribuir para a acomodação das reflexões acerca de uma inclusão como disciplina obrigatória, esfriando a movimentação do SEAF e provocando a ilusão nos professores de que sua presença estaria garantida de alguma maneira ainda que não a que reivindicaram.

Muitos foram os argumentos usados para impedir a volta da filosofia, um deles era o de que não havia profissionais suficientes para lecionarem a disciplina se a mesma fosse obrigatória, no entanto, com os problemas ocasionados na economia do país acabaram por contribuir para surgimento de um movimento contrário ao regime militar incluindo setores como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa) entre outros, com isso começa a redemocratização. Dentro desse contexto a presença da filosofia na educação acabou por tornar-se de certa forma um meio para que os militares ao concordar com seu retorno mostrassem boa vontade e aplacassem os opositores ao regime, mas a filosofia não foi incluída como obrigatória e sim como disciplina optativa, uma presença mínima e controlada pelos militares.

Percebe-se portanto, que o discurso oficial, quanto a reinclusão da filosofia no ensino secundário, em vez de ser expressão de uma prática efetiva, não era mais que retórica e demagogia. Desta forma, o Estado autoritário pôde manter-se na direção do processo político de transição para a democracia, assegurada a continuidade do modelo econômico vigente, conforme o planejado. (ALVES, 2002, p.50).

Em 1988 começa a ser construída a LDB uma iniciativa do poder legislativo com a participação integrantes da educação e organizações populares todos defendiam a escola pública, uma proposta para uma educação pública de qualidade que beneficiassem as partes da sociedades menos privilegiadas, depois de muita discussão o texto PLC 101/93 foi aprovado pelo senado e encaminhado para ser votado pelos deputados e esses últimos podiam fazer modificações no texto, assim o texto foi modificado e aprovado em 17 de dezembro de 1996 sob o número 9.394, atendendo aos interesses da educação privada que

tiveram todos seus interesses garantidos pela lei.

A lei aprovada para servir de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a expressão do embate histórico entre o público e privado na política educacional brasileira, tema decorrente, que constitui, ainda, a razão fundamental dos muitos conflitos em nossa área educacional. (ALVES, 2002, p 63).

Mesmo com a aprovação da LDB a filosofia não teve garantido seu lugar no ensino médio, pois a lei poderia ser interpretada de outra maneira já que fala na sua necessidade e não da sua obrigatoriedade, e ficando a critério das escolas e quando isso acontece suas chances são mínimas de permanecer no currículo.

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...] o domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania: [lei n. 9394/96, art.36 § 1º, inciso III].

As mudanças no texto da LDB afetaram mais uma vez a presença da filosofia no currículo, no projeto apresentado lei n. 1258-C/88, PLC que expressava claramente a presença da sociologia e da filosofia como disciplinas obrigatórias o que pouco claro na LDB aprovada, que poderia ser interpretada de formas diversas ficando por conta das secretarias de educação, diretores de escolas que optam por outras disciplinas por não ser obrigatória a filosofia tende a ser extinta dos currículos, a LDB não deixa clara como a filosofia deve ser incluída.

1.5 Aprovação da lei 11684/2008

A situação da filosofia começa a ser modificada com o projeto de lei complementar em 2001 para a substituição do art. 36 da LDB incluindo a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias, porém sendo vetado pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Para justificar o veto, alegou-se a falta de profissionais e aumento no orçamento. A conquista histórica ocorreria anos mais tarde em outro governo com Luís Inácio Lula da Silva como presidente, a lei n. 11684, de 2 de junho de 2008 que promovia a alteração do art. 36 da LDB e incluindo a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias sendo dessa vez aprovada pelo congresso e sancionada pelo então presidente em exercício José de Alencar.

A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia

como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

A aprovação da lei n. 11684/08 foi uma grande conquista para a educação brasileira, no entanto, sua presença obrigatória faz com que a filosofia se depare com outros problemas, como a formação de profissionais e metodologias de ensino, entre outros, novos desafios que surgem e que precisam ser superados para que finalmente a filosofia possa ter seu lugar na educação brasileira não apenas garantido, mas reconhecido como disciplina que contribui para a melhorar a formação dos alunos.

CAPÍTULO 2: PROBLEMAS ATUAIS DO ENSINO DE FILOSOFIA

2.1 Números de cursos e professores de filosofia

Após uma trajetória conturbada de idas e vindas, ausência e presença da filosofia na educação brasileira como explicita o primeiro capítulo desse trabalho, finalmente a grande conquista, a presença obrigatória como disciplina independente e junto com ela novos desafios. Devido sua história na educação a filosofia ainda tem muito a caminhar para tornar sua posição bem consolidada dentro da educação no Brasil, visto que sua desvalorização ao longo da história como uma disciplina de menor importância que outras (matemática e química) foi predominante durante muitos anos, por isso a recuperação tende a ser em longo prazo.

segundo a tabela abaixo divulgada pelo Mec/ Inep no nível acadêmico graduação são 32.049 e 7.305.977 matriculados desses apenas 991.010 concluíram os cursos, é a nível nacional, mas dá para ter uma ideia de que não são muitos os formandos em filosofia, porém não é uma realidade apenas do curso de Filosofia, no entanto o curso é novo como disciplina obrigatória, logo necessita com mais urgência de novos profissionais formados, para que não volte a ser ministrado por profissionais formados em outras áreas.

Tabela 2.2 – Número de Estudantes Concluintes por Categoria Administrativa segundo Grande Região e condição de presença – ENADE/2011 – Filosofia

Grande Região / Condição de Presença		Total	Pública	Privada
Brasil	Ausentes	1.573	956	617
		100,0%	60,8%	39,2%
	Presentes	3.930	1.718	2.212
NO		100,0%	43,7%	56,3%
	% Ausentes	28,6%	35,8%	21,8%
	Ausentes	94	80	14
NE		100,0%	85,1%	14,9%
	Presentes	238	129	109
		100,0%	54,2%	45,8%
SE	% Ausentes	28,3%	38,3%	11,4%
	Ausentes	344	266	78
		100,0%	77,3%	22,7%
SUL	Presentes	976	573	403
		100,0%	58,7%	41,3%
	% Ausentes	26,1%	31,7%	16,2%
	Ausentes	750	385	365
		100,0%	51,3%	48,7%
	Presentes	1.482	480	1.002
		100,0%	32,4%	67,6%
	% Ausentes	33,6%	44,5%	26,7%
	Ausentes	249	172	77

		100,0%	69,1%	30,9%
	Presentes	967	428	539
		100,0%	44,3%	55,7%
	% Ausentes	20,5%	28,7%	12,5%
CO	Ausentes	136	53	83
		100,0%	39,0%	61,0%
	Presentes	267	108	159
		100,0%	40,4%	59,6%
	% Ausentes	33,7%	32,9%	34,3%

Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2011

O número de profissionais que se formam ainda está muito distante da necessidade das escolas de ensino médio, já havia poucos professores de filosofia, com a aprovação da lei da sua obrigatoriedade esse número existente é muito preocupante, pois já vimos no capítulo I o quanto foi difícil essa conquista, infelizmente o histórico da filosofia na educação brasileira não é muito feliz, mesmo resguardada agora pela lei, o que é de suma importância é que para o aumento os cursos oferecidos pelos governantes não basta uma lei é necessário planejamento, para que a filosofia seja reimplantada com sucesso é preciso qualificar os profissionais que já atuam e não tem formação, aumentar o número de cursos nas universidades públicas e privadas e também ensino a distância ofertada pelas universidades públicas, é evidente que isso deve ser feito a longo prazo visto que não é apenas o curso de filosofia que sofre com esses problemas mais diversos outros como física química um problema que compromete a formação no ensino médio, todavia o problema é não retroceder e continuar com profissionais que não são da área [ministrando aula de filosofia, pois isso compromete a qualidade, e voltamos à época da ditadura, da catequese..., e isso é muito desfavorável para a filosofia, por isso é muito importante formar profissionais para finalmente a filosofia retornar e permanecer na educação brasileira, na tabela abaixo podemos verificar quais os cursos com maior número de matriculados nos últimos anos e dos que conseguem concluir o curso divulgados pelo censo 2013 Mec:

Tabela 2.3 - Número de Matrículas de Graduação em Licenciatura, frequência e frequência Acumulada, segundo os Cursos de Graduação em Licenciatura que possuem os maiores números de alunos - Brasil – 2013

N	Curso/Nome OCDE	Matrículas ¹	Frequência (%)	Frequência Acumulada (%)
1	Pedagogia	611.111	44,5	44,5
2	Formação de professor de educação física	122.169	8,9	53,4
3	Formação de professor de biologia	86.280	6,3	59,6
4	Formação de professor de matemática	80.891	5,9	65,5
5	Formação de professor de história	79.357	5,8	71,3

6	Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	78.800	5,7	77,0
7	Formação de professor de geografia	48.792	3,6	80,6
8	Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	47.904	3,5	84,1
9	Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna	36.578	2,7	86,7
10	Formação de professor de química	35.229	2,6	89,3
11	Formação de professor de física	24.661	1,8	91,1
12	Formação de professor de filosofia	18.301	1,3	92,4
13	Formação de professor de sociologia	15.702	1,1	93,6
14	Formação de professor de artes visuais	15.301	1,1	94,7
15	Formação de professor de ciências	14.024	1,0	95,7
16	Formação de professor de música	13.459	1,0	96,7
17	Formação de professor de computação (informática)	10.132	0,7	97,4
18	Formação de professor de artes (educação artística)	7.469	0,5	98,0
19	Formação de professor de teatro (artes cênicas)	4.456	0,3	98,3
20	Psicologia	2.998	0,2	98,5

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

Nota: (1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingresso

Tabela 2.4 - Número de Matrículas, Ingressos e Concluintes de Cursos de Graduação para cada 10.000 habitantes, segundo a Área Geral do Curso - OCDE 2010 - Brasil - 2010-2013

Área Geral do Curso	Matrículas					Ingressantes					Concluintes				
	Para cada 10.000 habitantes					Para cada 10.000 habitantes					Para cada 10.000 estudantes				
	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013
Ciências sociais, negócios e direito	202,5	138,6	143,3	147,1	147,2	29,9	47,1	50,3	59,7	56,4	30,9	21,6	22,0	23,1	21,8
Educação	55,3	70,7	69,4	69,2	68,2	8,7	23,7	23,3	24,8	23,6	9,7	12,2	12,2	11,3	10,0
Saúde e bem estar social	72,7	46,9	47,7	48,8	49,0	13,4	14,3	14,3	16,4	17,0	13,6	7,5	7,8	8,2	7,0
Engenharia, produção e construção	78,5	33,1	38,9	45,0	50,6	15,3	12,3	14,8	19,0	20,2	10,6	3,1	3,3	3,8	4,0
Ciências, matemática e computação	47,3	21,8	21,7	21,9	22,0	8,4	8,5	8,2	9,1	8,9	7,4	2,9	2,9	3,0	2,7
Agricultura e veterinária	9,5	7,6	8,0	8,4	8,9	1,9	2,2	2,3	2,7	2,8	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0

Humanidades e artes	63,8	7,7	7,9	8,1	8,1	12,6	2,8	3,0	3,4	3,3	11,1	1,2	1,3	1,4	1,4
Serviços	28,3	7,3	7,4	7,8	8,3	5,5	3,1	3,4	3,9	4,2	5,2	1,6	1,5	1,6	1,4

Fonte: Mec/Inep; OCDE; IBGE; Tabela elaborada por Inep/Deed.

Notas: (1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes e de Sequenciais de Formação Específica;

(2) Os dados de população de 2010 para o Brasil foram coletados do Censo do IBGE;

(3) Os dados de população de 2011 e 2012 para o Brasil foram coletados da Pnad;

(4) Os dados de população de 2013 para o Brasil foram coletados da Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060 do IBGE

2.2 A formação Universitária

Outro problema é o da formação universitária, este reside no fato de que a formação na graduação em sua maioria não é dada ênfase as disciplinas pedagógicas, não que as disciplinas específicas não sejam importantes, o que quero destacar é que as pedagógicas são por demais importantes, pois que os graduandos em licenciatura atuarão como professores, logo essas disciplinas serão fundamentais para desenvolverem um trabalho de qualidade.

Há, portanto, uma divisão de trabalho, ou dicotomia entre formação pedagógica: na faculdade ou departamento de filosofia o professor aprende “o que ensinar”, na faculdade de educação “como ensinar”. (RODRIGO, L. M., p 68)

Desse modo a graduação divide-se em dois lados, de um lado a preocupação em formar pesquisadores o que é muito importante, mas como nos mostra a tabela do Enade a necessidade é de formação em licenciatura, no entanto algumas universidades privilegiam as disciplinas específicas incentivando a formação de pesquisadores.

É um trabalho sério e importante, mas que peca por não oferecer ao graduando um quadro mais amplo da história da filosofia, necessário ao trabalho docente no ensino médio e desejável em um curso de graduação. (RODRIGO, L. M., p. 68).

O que tento destacar é que com a lei que torna obrigatório o ensino da filosofia no ensino médio, o que foi um grande avanço para educação, algo bom e que só melhora a grade do ensino médio, corre certos riscos, se não houver investimentos para formar profissionais para atender a demanda que é muito grande, tendo todo histórico da disciplina na grade, é preciso mais atenção para esse “detalhe” uma lei garante a disciplina, no entanto a maioria dos profissionais que estão lecionando a disciplina não são formados na área e as iniciativas estão muito longe da urgência de profissionais para atuar na área. Na

UFRRJ no Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu/RJ, funciona o projeto PARFOR responsável pela segunda licenciatura em algumas áreas, e a filosofia também está incluída para professores que já lecionam a disciplina sem formação na área.

O Parfor, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. (CAPES ministérios da Educação)

O objetivo do PARFOR vem ao encontro da necessidade da filosofia no ensino médio, pois ao qualificar professores que não têm formação específica na área, visando isso oferecer aos alunos um ensino com melhor qualidade, os profissionais bem informados poderão dar uma melhor contribuição para o ensino da filosofia. Outra iniciativa muito positiva é a qualificação pós-formação em filosofia com ênfase na parte didática, é o ensino de filosofia, um curso de especialização que tem como proposta dar aos docentes mais embasamentos didáticos para atuarem na área, um curso totalmente voltado para a parte didática das disciplinas de filosofia, cursos esses já oferecidos pela UFSM, e UFRRJ (a partir de 2015, na modalidade à distância).

O que tento abordar nesse capítulo é que com aprovação da lei como podemos ver nas tabelas de pesquisa do censo citadas é que não apenas o curso de filosofia tem muita carência de profissionais, outros cursos também estão com o mesmo problema, mas o que é preciso ressaltar é que a maioria desses cursos que estão com poucos profissionais tem um histórico bem diferente da filosofia, por exemplo a física, química, tradicionalmente na educação brasileira eles são considerados como essenciais, nunca cogitados como disciplinas passíveis de se tornarem facultativas ou optativas, mas sim como presença obrigatória e necessária na educação principalmente em governos que tem como prioridade a educação técnica. A filosofia e a sociologia não são disciplinas que dentro da educação brasileira tem mesmo valor que outras como matemática, e isso é um ponto preocupante pois que em todas as reformas na educação no Brasil essas disciplinas foram quase descartadas, colocadas em segundo plano, e mesmo agora em 2014 com a lei assinada e sancionada, mas com vistas outra reforma no currículo do ensino médio prevista para 2015 e que tem prioritariamente o ensino técnico como referência de melhor educação, mais uma vez a sociologia e a filosofia tidas como disciplinas que não são essenciais para o curso técnico voltam a correr grande risco de se não ficarem de fora oficialmente, fiquem

como optativas que segundo meu ponto de vista é quase que o mesmo que ser excluída, e o que desencadeou essa futura reforma foi o baixo índice alcançado pelo ensino médio em todo o país como podemos ver na tabela abaixo:

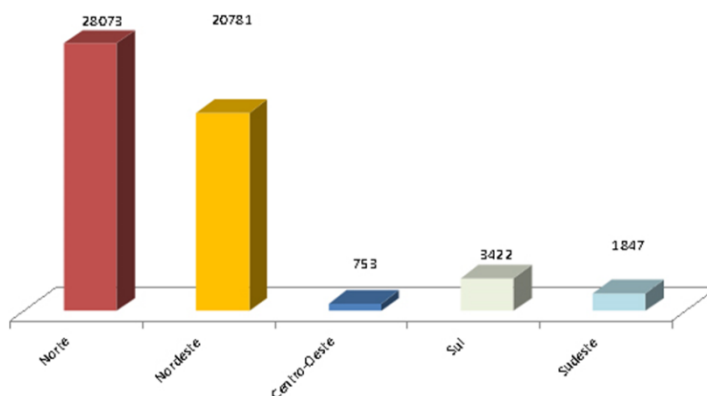
Mais uma reforma no currículo esse é mais um desafio e uma prova de resistência para a filosofia.

O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

- I. Licenciatura** – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;
- II. Segunda licenciatura** – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica;
- III. Formação pedagógica** – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica. (CAPES, Ministério da Educação)

O PARFOR implantou 1920 turmas distribuídas em 397 municípios por todo Brasil, com frequência de 54.000 professores, não dá para ter uma noção exata em relação à filosofia, mas de um panorama geral que envolve as regiões e na quais são oferecidos o curso.

Como podemos observar na estatística há regiões onde está mais concentrado maior número de professores matriculados, essa é uma estatística bem ampla geral, em relação a vários cursos oferecidos filosofia é apenas um deles.



Parfor: Números de alunos frequentes por Região em 2012 (Fonte: Plataforma Freire)

Outro projeto é o PIBID, mas esse tem como objetivo alunos que ainda estão cursando licenciaturas, visando dar a eles uma noção da realidade na escola e com isso desenvolver projetos para enriquecer a educação, e é um incentivo para os alunos que estão cursando filosofia lecionarem, o que não exclui a pesquisa, o professor que envolvido na pesquisa e na prática da docência certamente dará uma melhor contribuição na educação por estar em contato com os problemas reais da vida escolar, nesse sentido os alunos que estão para concluir ou no início do curso terão tempo para refletir e participar ativamente da real situação que se encontra a filosofia e como está sendo lecionada e por quais profissionais.

A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica: ciência e matemática de quinta a oitava séries do ensino fundamental e física, química, biologia e matemática para o ensino médio. (MEC).

Uma boa iniciativa para melhorar a enorme falta de professores de filosofia é o EAD, mas pesquisei quais Universidades públicas oferecem essa modalidade e o resultado foi surpreendente por enquanto só a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) oferece o curso de licenciatura, sendo um bom exemplo para as Universidades federais de todo país.

O Curso de Licenciatura Filosofia na modalidade à distância, proposto pela UFSC, integra-se à experiência de algumas Instituições Públicas de Ensino Superior e de diversos projetos já desenvolvidos a distância, configurando um curso de formação de professores com garantia de qualidade de ensino. O projeto resulta de um esforço coletivo para a integração entre diferentes saberes, experiências e competências envolvidas na formação de educadores na área do ensino de Filosofia. A Universidade Federal de Santa Catarina, por meio das Unidades de Ensino diretamente envolvidas no projeto, reconhece a relevância de iniciativas dessa natureza, tendo em vista o elevado número de professores do ensino básico que atua sem a devida habilitação. A Licenciatura em Filosofia, na modalidade a distância tem o objetivo de habilitar o maior número de professores para o Ensino Básico, visando ao pleno exercício de sua atividade docente, em consonância com as exigências de uma sociedade em transformação. A meta do projeto é garantir o desenvolvimento de atitudes pedagógicas reflexivas e investigativas, fornecendo instrumentos básicos para o exercício profissional, tendo por base o princípio de que a formação do educador é um processo contínuo. (<https://ead.ufsc.br/filosofia/como-e-o-curso>).

Nas faculdades privadas existe o curso, porém na maioria não de licenciatura e sim de bacharelado, no Rio de Janeiro existe o EAD através do CEDERJ que oferece muitos cursos de graduação, mas não de filosofia. Nessa modalidade infelizmente a graduação está em baixa, o que aumentou foi o curso de especialização no ensino de filosofia para melhorar a qualidade de atuação dos professores já graduados, oferecidos pela UFSM e à partir de 2015 pela UFRRJ, isso é muito importante, pois é preciso mais iniciativa por parte dos governantes de formar mais profissionais na área, não basta assinar uma lei, não desmerecendo a grande conquista da lei, se faz necessário e urgente investir para se crie mais cursos de graduação em filosofia, principalmente na modalidade à distância, claro que com isso não acontecerá nenhum milagre imediato, entretanto proporcionará um aumento gradativo, não resolve todo o problema, visto que não é apenas da filosofia, mas também de outras disciplinas, mas nas outras disciplinas a oferta de graduação é bem superior a de filosofia, por exemplo a disciplina física e matemática que são oferecidas em quase todas as universidades públicas e privadas e também em EAD, o CEDERJ oferece as duas disciplinas, dá para compreender porque filosofia está novamente incluída como obrigatória recentemente, a questão é conseguir manter-se diante de tantas dificuldades e com um histórico de desvalorização enorme na educação brasileira.

Nesse capítulo quis abordar em termos reais e quantitativos, de forma alguma pessimista, mas apontando as dificuldades reais que ameaçam a permanência da filosofia, pois a falta de profissionais pode ainda dificultar a sua consolidação no ensino médio.

CAPÍTULO 3: PROBLEMAS ATUAIS DO ENSINO DE FILOSOFIA

3.1 Metodologias e recursos que contribuem para ajudar a prática do ensino da filosofia

Nesse capítulo quero abordar as dificuldades encontradas pelos docentes diante da inclusão da filosofia no ensino médio. Como mencionei anteriormente o problema da formação universitária, em que na maioria dos cursos de graduação em filosofia são divididos em quatro anos sendo apenas um voltado para as disciplinas pedagógicas, em algumas universidades concentradas no final do, em outras distribuídas ao longo do curso que é o caso da UFRRJ. As disciplinas obrigatórias do curso ficam com a tarefa de desenvolver o conhecimento do que irá lecionar, claro que de maneira muito mais aprofundada, e das disciplinas de natureza pedagógicas ficam com a responsabilidade de ensinar a atuação da prática em sala de aula.

O quero deixar claro é que a formação de boa qualidade não se resume nem nos cursos que privilegiam as disciplinas pedagógicas em detrimento das específicas, tão pouco nos cursos que são voltados somente para formar pesquisadores, o importante nesse último é o grande aprofundamento que é oferecido nas disciplinas obrigatórias, e esse trabalho contribui para uma formação de qualidade. Esse modelo fundamentado em cursos monográficos é de excelente qualidade, diferente dos cursos em que são oferecidas disciplinas em grande quantidade, mas com pouca qualidade sem aprofundamento, de forma superficial, o que é prejudicial para a formação docente.

Com todos esses problemas o desafio do professor em desenvolver um trabalho de qualidade é grande, por isso a importância dos cursos citados no capítulo 2, que tem seu enfoque no ensino da filosofia e que certamente complementarão os conhecimentos adquiridos durante a graduação, ajudando a prática à docência. O professor tendo a consciência do problema que o espera na prática docente pode buscar não apenas os cursos de especialização e eventos científicos, mas fazer estudo pessoal, assim poderá estar mais preparado para enfrentar os desafios de lecionar.

Aqueles que menosprezam a figura do professor em relação à do pesquisador certamente ignoram o caráter complexo do trabalho docente, particularmente no nível médio. A simplificação didática do saber, em termos aceitáveis, é uma tarefa extremamente difícil, que exige do professor grande conhecimento experiência. (RODRIGO, L. M.2004, p 70).

A singeleza do trabalho docente, desenvolvido no ensino médio tem grande contribuição para a democratização do acesso ao saber, o professor bem preparado com boa formação pode estimular alunos, mesmo que tenham grandes dificuldades de formação até chegarem ao ensino médio, essas dificuldades e o tempo de aula mínimo, são alguns dos grandes desafios que o docente terá enfrentar na realidade de sua profissão, por isso terá que munir-se de conhecimento e técnicas para conseguir transpor com sucesso essas dificuldades. Por serem muitas e grandes as barreiras, é que não serão resolvidos com um passe de mágica, todavia os procedimentos de ensino podem dar um enorme suporte para a prática docente, por isso comentarei alguns desses procedimentos aos quais considero importantes para o sucesso na prática docente.

Aula expositiva pode é uma ferramenta muito importante e necessária, pois permite elucidar a envoltura do professor no processo educativo, quando o professor apresenta sua concepção sobre o conhecimento filosófico de algum tema, acaba por mostrar formas de organizar o pensamento sobre o tema que apresentou, esclarecendo, contextualizando, por fim, orientando aprendizagem, essa é uma forma de aula expositiva na qual o aluno é estimulado a participar da aula e não apenas um ouvinte passivo, por isso a aula expositiva precisa ser elaborada com cuidado, um dos problemas estar atento se o discurso está realmente alcançando os alunos.

“A herança cartesiana, a convicção, a convicção sobre a transparência das ideias claras e distintas no plano epistemológico pode não se confirmar no âmbito didático, não surtindo os efeitos esperados.” (RODRIGO, LM, 2004 p, 73).

A aula expositiva ainda continua uma técnica muito importante, mas é necessário mesclá-la com outros métodos didáticos, em que ela fique mais interativa e que envolvam o aluno intelectualmente. Por esse motivo é sempre importante começar a aula expositiva levando em conta conhecimentos das noções que os alunos possuem do tema que será abordado, e assim seguir pondo questões que provoquem neles o pensamento prévio sobre alguma significação, antes de mostrar a formulação filosófica do assunto, e com isso propiciar oportunidades onde eles possam fazer perguntas, dessa forma estimular o gosto pela filosofia.

2) A leitura de textos filosóficos é um procedimento didático que apresenta um pouco de dificuldade no ensino médio, devido as carências culturais e linguísticas dos alunos, o motivo é a má qualidade do ensino fundamental público brasileiro, os alunos

chegam ao ensino médio em grande número sem saber ler, e compreender o que estão lendo, logo os textos filosóficos ficam muito distantes da compreensão desses alunos, essa é uma dura realidade enfrentada não apenas pelos professores de filosofia, mas também pelas outras disciplinas. É preciso inventar condições para que a leitura dos textos sejam feitas de maneira que assegure condições de alargar durante a leitura as capacidades e aptidões para que seja possível a compreensão dos alunos. Para que isso aconteça a escolha dos textos é fundamental, nesse contexto os textos não devem ser longos nem com grandes dificuldades semânticas, devendo abordar assuntos que tenham significado para o aluno pois que com isso despertará mais seu interesse pelo tema. A metodologia para leitura dos textos filosóficos, os alunos tem grande preferência pelo resumo do texto, mas é necessário que a análise deva ser feita antes do resumo, para resultar em uma boa qualidade na análise.

A motivação é um dos fatores fundamentais para o sucesso do ensino de filosofia na sala de aula, a sensibilização e aproximação. É preciso integrar adequadamente os temas a serem trabalhados de maneira que façam sentido para os alunos, ou seja contextualizar com suas vivências do cotidiano, o ensino da filosofia é possível a partir de textos filosóficos que compõem a sua história e também da origem das experiências vividas pelos alunos. O que ocorre é uma divisão entre os saberes, comum e o científico. O ensino da Filosofia não é encontrado somente em um saber puramente científico, mas na junção do saber científico e do saber comum, para isso é preciso uma problematização do tema de forma envolva os problemas da vida humana, sociais e gerais do mundo. O envolvimento dos alunos com suas experiências é crucial, para isso entra em cena a sensibilização por meio de filmes, letras de música, poesia, e muitos outros estimulantes que podem servir como um despertamento para o interesse, pelo tema apresentado pelo professor.

Depois da sensibilização envolvendo o tema, outra parte muito importante é a do debate, nesse aspecto o professor deve ter a preocupação em não julgar os problemas e temas que surgirão dos alunos, seja qual for o tema mais por mais simples que seja. Uma das maiores barreiras para a reflexão filosófica são as certezas e opiniões cristalizadas, por isso as diferenças de opinião podem ser consideradas como um fator muito positivo, pois estimula a discussão, visto que as contradições são muitas o que gera mais possibilidades para reflexão filosófica. As discussões não irão solucionar os problemas colocados pelos alunos, mas proporcionará ao menos diferentes perspectivas sobre os mesmos.

O debate merece um papel de destaque na aprendizagem filosófica.

Por ser uma atividade mais bem estruturada e que exige maior preparação que as outras formas dialógicas, permitem um aprofundamento da reflexão e o aprimoramento da capacidade de argumentação, com resultados pedagógicos mais interessantes. Para que não degenere num simples bate-papo superficial e inconsequente, precisa ser bem preparado.

O debate pode ser caracterizado como uma discussão argumentada sobre um tema definido. Seu objetivo não é apenas convencer o interlocutor, mas principalmente, fundamentar suas próprias opiniões.

O tema do debate deve ser estabelecido antecipadamente para que os estudantes tenham tempo de preparar-se e construir seus argumentos.

Do ponto de vista organizativo, deve ser indicado um moderador- em geral o próprio professor- e um secretário para redigir um relatório sobre as posições e argumentos apresentados. (RODRIGO, L.M. 2004, p, 82, 83,84).

3.2 Recursos didáticos

O uso de recursos como cinema e poesias, proporcionam um despertar nos alunos para a maneira como eles veem o mundo e os problemas. Nessas discussões terão a oportunidade de opinar, discordar. Dessa forma criar uma nova perspectiva em relação ao mundo e suas ideias a respeito dos problemas que o envolvem, não apenas o cinema, novelas também podem ser utilizadas como recurso, futebol e muitos outros. São muito positivos esses recursos, pois fazem sentido para o aluno. É de suma importância que os alunos possam ver que a filosofia está na sua vida cotidiana, não somente nos livros, o ato de reflexão acerca de um problema também é filosofia, e quando os alunos conseguem associar isso, certamente o interesse aumentará pela disciplina, por isso é muito importante o não julgamento prévio do professor em relação aos temas propostos pelos alunos.

... É preciso que a atividade escolar com o uso do cinema, expresso em seu produto (o filme), vá além da experiência cotidiana, sem, negá-la. Com efeito, a escola, com o Professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas, não restritas ao puro deleite, fazendo a ponte entre a emoção e a razão de forma direcionada e problematizadora, incentivando o aluno a tornar-se um expectador mais exigente e crítico, propondo relações entre conteúdo/linguagem do filme e conteúdo escolar. Isso é um desafio não somente para o professor de Filosofia, mas para todos os professores. (GHEDIN, 2008, p.219).

O uso do cinema como ferramenta de estimulação do fazer filosófico, tem grande eficácia no ensino de Filosofia, pois a arte cinematográfica na prática em sala de aula ajuda a escola fazer a ligação entre o saber acadêmico e o saber cotidiano.

São inúmeros os recursos a serem utilizados para tornarem as aulas mais dinâmicas e atrativas no ensino médio, são os novos desafios para os novos professores que estão recém-formados e certamente ajudarão a consolidar a presença e permanência da Filosofia

no ensino médio. Daí a importância de como apresentar a filosofia para esses alunos inserindo em sua prática cotidiana, para que assim possam ter a filosofia e os conceitos filosóficos, não apenas como referência, mas como uma possibilidade, além da mídia da prática não reflexiva do cotidiano e das tradições. A concentração sobre os temas levantados pelos alunos deve ser classificada anteriormente pelos professores, que escolherá os textos filosóficos mais adequados aos problemas levantados pelos alunos, e somente após a leitura desses textos, sempre procurando a contextualização dos textos filosóficos. Surgindo assim um processo de investigação dos problemas de maneira mais temática, depois da leitura dos textos, deve se seguir para que aconteça a discussão, procurando fazer assim a contextualização, a investigação temática tem como objetivo principal a reflexão sobre temas atuais. Na investigação histórica mesmo tendo também como objetivo principal os problemas atuais, as reflexões sobre esses problemas não é direta, e sim feita de forma indireta partindo da interpretação da história da Filosofia, as questões sugeridas pelos alunos serão contextualizadas e podem ser utilizados filmes com a finalidade de comparações com a atualidade. Importante ressaltar que cabe ao professor selecionar e interpretar os textos, de maneira contextualizada, todavia respeitando o adequado desenvolvimento do pensamento filosófico, a diferença entre as investigações históricas e temáticas é que na histórica há o respeito com o percurso histórico, os textos são contextualizados depois de serem estudados depois que são veiculados aos temas pertinentes, na temática os textos são escolhidos a partir dos temas selecionados anteriormente.

Por fim existem muitos métodos para tornar a prática docente mais interessante aos olhos dos alunos do ensino médio, o mais importante é que o professor não estacione e procure alternativas que possam ajudá-lo na prática em sala de aula, para isso é fundamental a leitura, e atualização através de cursos e especializações. São muitas as dificuldades diante de uma disciplina que até pouco tempo não era obrigatória, mas o caminho é sempre o aperfeiçoamento, ainda que a formação não esteja preparando suficientemente os professores para atuação prática existem inúmeros recursos para o aprimoramento desses profissionais e isso é crucial para que o ensino de Filosofia permaneça e mostre seu real valor para a educação brasileira.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho desde o primeiro capítulo, tentei destacar ao problemas enfrentados pelo ensino da filosofia no ensino médio, o primeiro capítulo mostra a filosofia ao longo da história na educação brasileira e sua idas e vindas, e como foi difícil e demorada sua estabilização na educação no Brasil, todavia a minha preocupação é justamente por ter sido uma luta árdua para conseguir chegar na lei, que dá uma certa segurança em relação ao ensino da filosofia, mas ainda assim é necessário um longo caminho, aprovação da lei 11684/2008 não é suficiente para manter a filosofia, pois que essa disciplina não tem uma tradição como essencial na educação brasileira, não como as outras disciplinas como a matemática, química, língua portuguesa e outras, mas a sociologia e a filosofia são vistas como disciplinas menos importantes, principalmente no atual momento na educação no Brasil que tem como prioridade o ensino técnico, isso é preocupante, porque como destaquei no primeiro capítulo, durante o comando dos militares o ensino técnico também era considerado como mais importante. Outra sinalização é a reforma do currículo do ensino médio, todas as vezes que a filosofia foi excluída ou colocada como optativa, foi durante alguma reforma na educação, então é preciso estar atento as nova reformas, pois foram muitos anos de luta para chegar a lei 11684/2208, portanto do meu ponto de vista acredito que não é tão seguro e instável a permanência da filosofia como disciplina obrigatória tendo em vista a preocupação com a formação técnica.

Em relação a formação podemos observar no capítulo2 em que pesquisei quantidades de cursos, de profissionais que se formam, cursos de especialização para aprimorar os novos professores formados na área, tudo isso é muito importante para que a presença da filosofia seja consolidada, de modo que conquiste finalmente o seu valor e sua importância na educação brasileira, e assim possa mostrar sua utilidade, pois que as outras disciplinas consideradas como presenças indiscutíveis e essências para educação já tem garantida sua presença por terem importância na vida prática e principalmente no ensino técnico, mas apesar de toda desvalorização na educação do Brasil, a filosofia tem muito para oferecer e contribuir para melhorar a qualidade do ensino, esse tema abordei no último capítulo pois que depois de tantas exclusões e inclusões, falta de profissionais e outros problemas que destaquei nesse capítulo em especial, fica bastante evidente que o ensino de filosofia no ensino médio tem muito a contribuir, mesmo diante de todas as dificuldades sua presença, sem sombra de dúvida deve ser permanente e não apenas obrigatória, mas reconhecida

como tão importante quanto as outras. Estimular o pensamento, formar cidadãos críticos que sejam envolvidos com os problemas do mundo e da sociedade, eu pergunto como isso é possível sem aprender a questionar e argumentar? eis a utilidade da filosofia no ensino médio, estimular os questionamentos, as reflexões acerca do mundo, da vida e da sociedade, a filosofia deve permanecer e sua presença jamais deveria ser questionada, pois sem questionamento e a reflexão torna-se mais difícil promover uma educação de qualidade e que tem por objetivo formar o tão citados pelos teóricos da educação, os cidadãos críticos.

A filosofia é sim importante para formação não apenas no ensino médio, mas para formação humana, por isso não pode ser secundária, a lei da obrigatoriedade é uma conquista e finalmente se faz reconhecer a importância dessa disciplina e suas contribuições para a educação.

“Bem entendido: o direito à filosofia não implica que todos devem se tornar filósofos. Trata-se primeiramente de um direito de acesso aos conteúdos filosóficos que constituem a história humana e, depois de um direito de exercer a arte da reflexão filosófica, independente de língua, raça, idade, classe social, etc. Da mesma forma que quem estuda matemática ou história não precisa necessariamente, ser matemático ou historiador, o jovem estudante não precisa ser filósofo para exercer a arte da reflexão filosófica em sua atividade diária.”(CORTESKI, 2009, p. 24)

Os métodos para enriquecer as aulas apresentados nesse trabalho, são mínimos existem muitas possibilidades e outras metodologias, e isso é muito positivo para os profissionais formados na área que terão um leque de opções para ajudá-los nessa tarefa. Existem muitas publicações que podem colaborar para que os professores da área tenham uma formação continuada, com propostas metodológicas que certamente o ajudarão cito como exemplo: Diálogos na escola volume: experiência em formação continuada em filosofia na UFRGS 2, no ano de 2013, trata-se de um trabalho onde são explicitados modelos de aula em vários temas de filosofia divididos em várias aulas, em que é utilizado cinema, música, poesias, charges, e outros recursos como maneira de aproximar os temas da filosofia com a vivência dos alunos, esses materiais são sugestões que podem ser adaptadas de acordo com a clientela, as ideias são excelentes. Finalmente cabe ao professor ter engajamento e buscar e recursos metodológicos e se capacitar, para que a filosofia possa enfim contribuir para uma boa formação que produza alunos pensantes, que possam refletir sobre a vida, o mundo e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Dalton José. A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

ALVES, G.L.(1993). O pensamento burguês no seminário de Olinda: 1800-1836.

Ibitinga(SP), Humanidades.

BRASIL. Parâmetros curriculares do ensino médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias – Filosofia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em outubro/2014.

CARTOLANO,M.T.P. (1985). Filosofia no ensino de 2º grau. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

CUNHA,L.A.(1980). A universidade temporã: ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. DUTRA, Jorge da Cunha; DEL PINO, Mauro Augusto B. Resgate histórico do ensino de filosofia nas escolas brasileiras: do século XVI ao século XXI, in InterMeio: revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.85-93, jan./jul. 2010.

CURRICULO MÍNIMO DE FILOSOFIA. Rio de Janeiro: SEERJ, 2012 SEERJ, 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>. Acesso em 16/10/2014.

GHEDIN, Evandro. A imagem como pretexto para o ensino de Filosofia, in *Ensino de Filosofia no Ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 199-222.

RODRIGO, Lidia Maria. Aprender Filosofia ou aprender filosofar: a propósito da tese kantiana, in GALLO, S.; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabriele(orgs.). *Ensino de Filosofia: teoria e prática*. Ijuí: Editora Ijuí, 2004. p. 91-99.

ROMANELLI, O.de O. História da educação no Brasil.20.ed.Petrópolis, Vozes, 1998.